

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2020 a 31/10/2020

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/8

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:36
Publ.: DCD - 10/7/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Natureza criminosa da proposta de reforma administrativa encaminhada à Casa pelo Poder Executivo. Desestruturação do patrimônio público brasileiro com a privatização de empresas estatais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde em que iniciamos esta sessão, eu gostaria de dizer que o povo brasileiro aguarda que o auxílio emergencial de fato valha até o fim da pandemia. Esperamos a votação, para que antes das eleições municipais todos possam saber exatamente quem defende o socorro às famílias que neste momento tiveram demissões, suspensões de contrato, à mesa das quais a fome chega. O preço dos gêneros alimentícios assusta a Nação brasileira.

Por gentileza, é necessário que se ponha a mão na consciência e que a votação aconteça, que se superem as brigas intestinas. Agora os telejornais só falam da briga entre Maia e Guedes, entre Bolsonaro e Moro, se Moro sai ou não sai, se manda derreter Bolsonaro. Na verdade, o povo precisa é de comida, de emprego, de solidariedade, precisa novamente ter a possibilidade de trabalhar, de ser feliz, de viver. Por isso, para nós é fundamental garantir a votação, hoje, sobre o auxílio emergencial, sem dúvida alguma. Diante dos olhos da Nação brasileira, que possamos ver quem de fato é a favor e quem é contra a Medida Provisória nº 1.000. É um número emblemático, é mil. Queremos que ela seja votada, para que as famílias brasileiras tenham condições de alimentar-se e de viver.

É muito importante também dizer que a reforma administrativa corre, é criminosa, acaba com o Estado nacional, dá uma caneta imperial ao Presidente da República, para que ele possa garantir, distinguir, criar,

mudar a natureza de órgãos. Evidentemente, ele fechará alguns *campi* universitários, ele fechará *campi* de institutos federais, ele incorporará o seu ódio a órgãos de controle ambiental, para arrebentar o IBAMA mais do que já arrebentou. Ele já interveio em áreas importantes do meio ambiente: no ICMBio e no INPE, que sofreu assédio institucional. Tudo isso está na ordem do dia, para que possamos debater. Essa reforma administrativa não deveria acontecer agora. Antes dela, a reforma tributária, para que se taxem os ricos, as fortunas, as operações financeiras e, sem dúvida, as empresas que têm lucratividade altíssima, bilionária. Já há projetos na Casa sobre isso, e havia uma compreensão a respeito de certo acordo para votar.

Portanto, a reforma administrativa está na contramão da história. Enquanto no mundo inteiro se fortalecem Estados para compor apoio ao povo que neste momento sofre com a pandemia, no Brasil se esmaece o Estado, enfraquece-se o Estado e se tenta privatizar estatais como a PETROBRAS e a ELETROBRAS. Não aceitaremos!

Obrigada.

Documento 2/8

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:52
Publ.: DCD - 10/7/2020 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade da implantação de projeto de reconstrução e transformação do Estado brasileiro, consubstanciado em conjunto de ações emergenciais pós-pandemia, para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Defesa da concessão de anistia aos trabalhadores transformados em microempreendedores individuais, em face da precarização das políticas trabalhistas. Necessidade da extinção da cobrança de juros compostos pelo sistema bancário. Defesa de ampliação do Programa Bolsa Família a partir de 2021. Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Realização das reformas administrativa e tributária.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e todas, Presidente, Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Eu quero iniciar dizendo que o Brasil precisa de um projeto de reconstrução, de transformação do Estado brasileiro. Na minha opinião,

precisamos de um conjunto de ações emergenciais, em especial no pós-pandemia. Deveríamos iniciar imediatamente uma nova agenda no Parlamento brasileiro para evitar a convulsão social, o colapso das políticas públicas.

Em primeiro lugar, eu acho fundamental termos um programa para anistiar os trabalhadores e trabalhadoras que foram obrigados a se tornar microempreendedores individuais devido à precarização das políticas trabalhistas neste País e também à alta taxa de desemprego. Precisamos de um programa que libere esses 10 milhões de brasileiros para terem o projeto de vida reconstruído, imediatamente após a pandemia, já em 2021 - espero que com a chegada da vacina.

Também precisamos retirar da ciranda financeira, dos juros sobre juros, dos juros compostos, os 64 milhões de brasileiros e brasileiras que são explorados todos os dias pelo sistema financeiro. São mais de 64 milhões de brasileiros e brasileiras no SPC e na Serasa. Isso impede o Brasil de voltar a crescer e de ampliar o seu mercado interno de consumidores.

Também precisamos garantir, para o ano de 2021, a ampliação do Bolsa Família, um programa robusto de transferência de renda. É inaceitável que o Governo Federal tenha encaminhado para o Parlamento brasileiro o Orçamento de 2021 sem nenhuma previsão de ampliação do Programa Bolsa Família. E também, como é inaceitável, o Congresso deveria apreciar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que reduz o auxílio financeiro, já insuficiente de 600 reais, para 300 reais, destinado às famílias mais vulneráveis do País, desempregadas em virtude do modelo econômico brasileiro dos últimos 5, 6 anos, mas também em razão da pandemia.

Nós precisamos, é lógico, pensar no futuro e, aí sim, organizar uma nova reforma administrativa. As duas PECs, a do Senado e a da Câmara - a PEC 45 e a PEC 110 -, são obsoletas, não mais respondem à demanda do século XXI e às necessidades do País de fazer um sistema tributário mais justo. Nosso sistema tributário é injusto. Ele é a base da desigualdade social deste País e impede o Brasil de voltar a crescer, porque está extraíndo dos trabalhadores, do povo que tem o menor poder econômico, 50% de imposto sobre o consumo.

É por essas razões que eu quero pedir ao Parlamento brasileiro que apresente uma pauta emergencial, para a retomada do crescimento econômico brasileiro.

Sumário

Importância da reunião de debate entre o Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU, Bruno Dantas, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, o Presidente Rodrigo Maia e Parlamentares para o avanço da agenda de desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer na tarde de hoje um registro, na nossa avaliação, importante. Ontem foi um dia especial, tendo em vista que à noite o Ministro Bruno Dantas, do TCU, teve a oportunidade de organizar um jantar que contou com a presença do Ministro Paulo Guedes, do Presidente Rodrigo Maia e de alguns Senadores e Deputados. Foi um encontro importante para o Brasil.

No nosso entendimento, hoje, mais do que nunca, nós vivemos um momento em que precisamos de unidade para fazer com que o País avance sua agenda. Precisamos avançar na reforma tributária, na reforma administrativa, e discutir com toda a sociedade o novo pacto federativo, a formatação de um novo federalismo para o Brasil, em que Estados e Municípios possam se fortalecer cada vez mais. Precisamos, sem dúvida alguma, do auxílio emergencial, do Programa Renda Brasil, ou Bolsa Família 2.0, como alguns chamam.

Neste momento, o importante é nos despirmos de todas as vaidades e, naturalmente, das nossas posições muitas vezes de tensionamento, para ajudarmos a decantar, a baixar os ânimos, e, assim, construirmos soluções de forma coletiva.

O Brasil vive um momento de muita preocupação econômica, aliás, não só o Brasil, mas também todo o mundo. Nós iniciamos o ano na perspectiva de o País ter um déficit primário na ordem de 120 bilhões, mas estamos terminando o ano na perspectiva de este valor ser de mais de 800 bilhões. Nós tínhamos a expectativa de ter, em despesas discricionárias, aproximadamente 120 bilhões de reais, o que, sabemos, é muito pouco, mas, praticamente por causa da nossa atual situação econômica, muito pouco foi investido.

O quadro que se avizinha para o início de 2021 é dramático. Hoje 52 milhões de brasileiros estão no auxílio emergencial. Mesmo que o Governo crie o Renda Brasil, vai atender a pouco mais de 20 milhões de brasileiros e, assim, em janeiro, nós teremos mais de 30 milhões de brasileiros sem emprego e sem o auxílio, o que pode gerar um impacto

perverso na economia. Por isso, precisamos avançar na agenda de desenvolvimento do nosso País.

Foi fundamental, portanto, o encontro realizado na noite de ontem para fazermos com que o País e o Congresso avancem na agenda de que precisamos. Eu sempre digo que sou um defensor dos programas sociais brasileiros: eu defendo o Bolsa Família, o PROUNI, o PRONATEC, o Luz para Todos. Todos os programas são importantes, mas o maior programa social do Brasil é a geração de emprego e renda para a população.

É por isso que nós precisamos, mais do que nunca, estimular o crescimento da economia no nosso País. No entanto, nós só teremos o crescimento da economia se fizermos o dever de casa - o ajuste fiscal - , para recuperar a capacidade de investimento do Brasil. Nós queremos fazer investimentos nos portos, nos aeroportos e nas rodovias e avançar na agenda das privatizações, para que o Brasil volte a crescer e gerar emprego e renda para a população.

Quero registrar que nós do Republicanos aplaudimos o encontro realizado na noite de ontem e esperamos que ele, de fato, ajude o Brasil a alcançar a paz política e a paz institucional, fazendo com que o País avance.

Muito obrigado.

Documento 4/8

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 06/10/2020-
	CD	16:16
Publ.: DCD - 10/7/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Indicação do orador para Vice-Líder do Governo na Casa. Equívocos cometidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS no combate ao coronavírus. Atribuição ao isolamento social e à decretação de lockdown como a causa da crise econômica reinante no País. Não produção de vacina segura e eficaz contra a Covid-19 em menos de 5 anos. Defesa de utilização de práticas integrativas e complementares no tratamento precoce da doença. Responsabilidade da Maioria pela aprovação do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Defesa de implementação do Programa Renda Brasil e do Programa Casa Verde e Amarela. Realização das reformas administrativa e tributária. Não taxação de grandes fortunas pelo governo petista. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite

remuneratório no serviço público.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, quero agradecer ao Presidente Jair Bolsonaro, ao nosso Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, ao Líder da bancada do PL, o Deputado Wellington Roberto, e a toda a bancada do Partido Liberal da Câmara dos Deputados pela minha indicação à Vice-Liderança do Governo Federal, do Governo Bolsonaro.

Eu gostaria de agradecer esta oportunidade e mais uma vez registrar que, desde o começo da pandemia, o desafio desta nossa Vice-Liderança, junto com o Líder Ricardo Barros e nosso Líder Wellington Roberto, foi entender esse vírus que veio da China e depois entender quais eram os objetivos de outro organismo chinês chamado Organização Mundial da Saúde, que eu não me canso de dizer que é a "Organização Mundial dos Sem-Noção", porque, desde o início da pandemia, erraram mais de 50 vezes, enganaram o povo do mundo mais de 50 vezes. E o pior de tudo é que muitas vezes a própria Oposição repetiu, papagaiou aquilo que a OMS dizia. Primeiro falaram do isolamento social, *lockdown* e disseram que isso era ciência. Imaginem fazer ciência em 6 meses. O que poderiam fazer era uma experiência. Mentiram para o povo dizendo que era ciência. Isso é negar a própria ciência.

O *lockdown* foi um erro mortal no mundo inteiro. Deveria ter sido feito, como a China mesmo fez, o isolamento vertical, e não quebrar o País, quebrar a economia. E os mesmos que papagaiaram a quebra da economia agora são aqueles que estão tentando salvar o País do caos e da desgraça. O País quebrou pelo isolamento social. Deveriam cuidar das famílias, das pessoas, mas deveriam também ter cuidado da economia. E o povo está sabendo disso. É por isso que o Presidente Bolsonaro subiu nas pesquisas, justamente porque ele falou isso o tempo todo.

Depois ficou proibido falar em tratamento precoce. Quem falasse em tratamento precoce ou em algum medicamento inclusive era censurado na rede social, até isso, como se o remédio, no mundo, surgisse antes da doença. Nenhum remédio surge antes da doença. Era preciso experimentar os remédios, para salvar as pessoas. O Brasil poderia ter salvado mais de 50 mil pessoas que morreram porque não deram a elas os remédios adequados, infelizmente. E ainda mentiram para a população dizendo que em 8 meses haveria uma vacina.

Eu torço para que surja a primeira vacina no mundo o mais rápido possível, com um tempo recorde. Mas nenhuma vacina que presta neste País e no mundo foi descoberta em menos do que 5 anos para

que pudesse ser efetivada na prática e colocada à disposição da população.

E o que é pior: a terceira fase de testes da vacina em alguns países gerou milhares de doentes. Agora nós não temos a garantia de que essa vacina na terceira fase vai funcionar.

Então, além de quebrarem o País, levaram a ideia da enganação para a população. Em vez de dizerem para que usassem os remédios existentes, usassem os remédios - não vou nem dizer o nome, porque vou perder esse discurso que eu gostaria que fosse registrado em rede nacional -, geraram problemas na economia e na saúde, porque as pessoas ficaram em casa doentes, tornaram-se doentes mentais, e muitos não foram para os hospitais com medo de pegarem o vírus. Não fizeram cirurgias, morreram do coração em casa e de tantos outros problemas que foram gerados pelo fato de terem de ficar em casa.

Por isso, Sr. Presidente, defendo as práticas integrativas e complementares. O Brasil adotou o caminho errado na medicina, o caminho do esquartejamento da pessoa, o caminho de ver somente a doença e o remédio alopático. Nós precisamos tratar isso antes, fazer o tratamento precoce nas pessoas. Mesmo assim, eu trabalhei cuidando da questão das UTIs, de respiradores, de recursos no meu Estado do Rio Grande de Sul. Trabalhei muito perto do Ministro General Eduardo Pazuello, para que mandasse recursos para o Rio Grande do Sul e todos os hospitais receberam recursos do Governo Federal.

O Governo Federal fez a sua parte e tenho certeza de que vai continuar fazendo, porque os novos desafios agora são muitos. Devemos pegar as consequências daqueles que defenderam a OMS e a ciência, que agora são os mesmos que querem salvar o País. Aliás, foi a Minoria que disse que aprovou os 600 reais. Quem aprovou os 600 reais foi a Maioria, que é quem apoia o Governo.

Nós vamos enfrentar esse desafio. E o meu sonho é que o Brasil não viva de Bolsa Família nem de "Bolsa Coronavírus", mas que viva de emprego. Espero que as pessoas trabalhem e, com o fruto do seu próprio trabalho, sustentem a sua família. Esse é o caminho. Infelizmente, houve aí uma escola de se dar tudo para as pessoas, e se esqueceram de ensiná-las a pescar.

Nós precisamos encontrar o Renda Brasil e vamos fazê-lo. Nós vamos fazer o Programa Casa Verde e Amarela. E eu defendo que se coloque ali as cooperativas habitacionais, para que, através delas, as pessoas façam as suas próprias casas. Não podemos mexer no teto, mas temos que enfrentar esse desafio, que é muito difícil. Certamente não teremos o apoio da Oposição, primeiro, porque diminuíram as despesas. Como é que se diminui a despesa de um Governo fazendo reforma

administrativa, vendendo patrimônio, vendendo estatais sabendo que isso não traz resultados?

Esperamos que a Oposição nos ajude neste desafio e também no desafio de fazer a reforma tributária, porque a Oposição defende a diminuição de impostos - e também acho isso. Mas, para fazê-lo, é preciso diminuir a despesa. Não há outro jeito entre receita e despesa.

É claro que eu sei que o papel da Oposição é de fazer os gastos. O papel da Situação é dizer de onde saem os recursos. Afinal, no Brasil, a Oposição sempre tem dois discursos: quando está no poder tudo é proibido, nada é possível; quando vai para a Oposição tudo é fácil.

Por exemplo: por que não taxaram as grandes fortunas? Ficaram 14 anos no poder, não taxaram as grandes fortunas e agora querem que o Presidente Bolsonaro faça isso? Acho que nós vamos fazer, porque sabemos fazer. Não temos compromisso com ninguém e podemos taxar as grandes fortunas. Hoje o Brasil é o País que mais paga imposto. Quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos. Não entendo por que a Oposição está se apegando a essa questão das grandes fortunas, porque a lição está dada. Eles não fizeram por quê? Porque não era possível.

Por que a Oposição não nos ajuda a votar o projeto sobre o extrateto, que está sobre a mesa do Presidente Rodrigo Maia, para ser votado? Falo do extrateto que nós votamos. Sabem quanto dá para economizar com o extrateto? Alguns bilhões de reais. Dá para pagar os 600 reais que a Oposição está defendendo, se votarmos o projeto do extrateto. Todo mundo tem que ganhar aquilo que está na Constituição. O teto é o salário do Presidente do STF, como está na Constituição. Só que há quem ganhe 100 mil reais, 150 mil reais, 200 mil reais por mês. Vamos votar o extrateto! Esse é o desafio que eu lanço, para que nós possamos realmente ter recursos, diminuir impostos e pagar essas políticas tão importantes, que são o Renda Brasil e o Bolsa Família, de que a população tanto necessita, de que é carente.

Nós vamos fazer com que esses recursos cheguem à casa da população, ao seu dia a dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Deputado Giovani Cherini, agradeço. V.Exa. sabe que eu gosto da sua coerência. V.Exa. sempre se mantém na defesa daquilo em que acredita, bem como vários da Esquerda. Sempre os apoio, porque coerência é uma coisa importante na política. Mas não é verdade que quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos. Em percentual e proporção, nós precisamos corrigir isso na reforma tributária, e conto com o seu

apoio para isso. Há uma discrepância enorme no nosso País em percentual e em proporção de ganhos. Quem ganha mais paga infinitamente menos do que quem ganha um salário e que, no consumo do produto, paga 50% dos seus ganhos. Por exemplo, na compra da cesta básica para a sua casa, dos produtos básicos para a sua família. Precisamos corrigir esse erro, sem querer entrar na narrativa de esquerda ou de direita.

Eu tenho certeza de que V.Exa. entende disso. Peço a V.Exa. que me apoie nesta luta, junto com outros.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - Estamos juntos, irmão.

Documento 5/8

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:04
Publ.: DCD - 10/21/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia da Covid-19. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma administrativa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, inicialmente eu quero externar aqui a preocupação que todos nós temos em relação à votação da Medida Provisória nº 1.000, que diminui o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais.

Veja bem: o cidadão, a população continua na mesma roda da economia, Presidente, em função da pandemia. A pandemia atacou a todos, e a economia sofre um revés muito forte. Então, quem tinha emprego perdeu; quem não tinha não arrumou; enfim, a roda da economia parou, e as pessoas vivem numa angústia muito grande.

Diminuir, nesta hora, o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais é uma maldade, uma maldade muito grande. Veja bem: não dá para comprar nem uma cesta básica, que custa 450 reais, segundo o DIEESE. O que estão ofertando são 300 reais, ou seja, não dá para botar a boia no prato, não dá para colocar a comida na mesa,

Presidente.

Então, nós queremos registrar o nosso protesto, a nossa indignação, a nossa contrariedade e dizer que o PDT e quem tiver consciência cívica nesta hora não votarão a favor dessa medida provisória. Aliás, ela não pode ser votada nesse patamar.

Lá atrás ofereceram 200 reais, na outra medida do Governo, e nós conseguimos chegar a 600 reais. Agora nós vamos de novo trancar o pé. *"Água mole em pedra dura tanto bate até que fura."* Quem não pede não leva. *"Quem não chora não mama."* Quem não reclama não ganha. Nós vamos insistir, persistir, teimar para que nós tenhamos os 600 reais, que é o mínimo do mínimo para dar dignidade ao trabalhador brasileiro agora no período de pandemia, pelo menos até dezembro.

Outro ponto, Presidente, é a reforma administrativa. Do jeito que está essa reforma administrativa é inaceitável. Ela é inoportuna por conta do momento, porque nós estamos num momento de pandemia -- pandemia na economia, pandemia na saúde. Nós estamos numa fase em que não é possível, nesta hora, tirar direitos de trabalhadores. E pegaram os servidores públicos para Cristo, para sofrerem na cruz. Eles estão sendo usados como bode expiatório. O problema do Brasil agora é o servidor público. Disseram que iriam resolver o problema do emprego no Brasil com a reforma trabalhista. Mentiram para o tio. Disseram que iriam resolver o problema da Previdência Social com a reforma da Previdência Social. Mentiram, de novo, para o tio. Agora dizem que a reforma fiscal vai melhorar o Brasil e que ao fim, ao cabo, vão querer fazer a reforma administrativa para tirar os direitos dos trabalhadores do serviço público. Eles não são o problema; são a solução do problema.

Nós podemos ajustar, nós podemos melhorar, nós podemos qualificar? Sim, podemos. Mas não podemos simplesmente matar o servidor público, como se ele fosse os problemas, os males da gestão pública. Ele passa longe disso.

Então, nós precisamos ter lado, e o PDT tem lado.

Eu encerro dizendo, Presidente, que o nosso lado é o de respeito ao servidor público, respeito aos direitos e às perspectivas dele.

Em relação a essa reforma administrativa, do jeito que ela está, não contem com o meu voto, não contem com o meu apoio. Ela só merece a minha crítica e a minha indignação.

Esse é meu registro, Presidente.

Muito obrigado.

Documento 6/8

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:20
Publ.: DCD - 10/21/2020 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias em situação vulnerável, trabalhadores informais e autônomos diante da epidemia da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Despropósito dos ataques ao funcionalismo público, preconizados na proposta governamental de reforma administrativa.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, demais pares que acompanham a nossa sessão.

Nesta tarde, gostaria de conclamar este Parlamento para envidar esforços para votar a Medida Provisória nº 1.000. Nesta Casa, todos nós, juntos, precisamos urgentemente contemplar os trabalhadores e trabalhadoras neste momento desempregados, para que recebam os 600 reais até o final do ano, e continuar a discussão sobre o Mais Bolsa Família, para ampliarmos a renda.

Entendemos que foi muito significativo, neste momento de pandemia, a população brasileira ter esse auxílio emergencial para movimentar o comércio e para alimentar sua família. É muito difícil - e quem não tem sensibilidade talvez não entenda - dormir sem saber o que vai colocar na mesa para os filhos no outro dia. Então, neste momento do Brasil, é de fundamental importância mantermos os 600 reais e nos debruçarmos sobre como será o ano vindouro, porque, no ano vindouro, com certeza as pessoas ainda estarão desempregadas.

No Brasil, um dos países do mundo que mais exportam grãos, em Mato Grosso, onde estou, o Estado que mais exporta grãos, as pessoas estão sem grãos na mesa, sem alimento na mesa. Filhos choram porque estão com fome. O Brasil voltou ao *Mapa da Fome*. Isso é indigno. As pessoas estão na campanha Natal sem Fome. Nós

precisamos fazer um Natal sem fome, mas precisamos trabalhar neste Parlamento para que ninguém passe fome. Um país cujos filhos passam fome, com a produção que tem, demonstra claramente a sua incapacidade de governar a chegada do alimento à mesa da população.

Gostaria também de falar sobre a reforma administrativa, Sr. Presidente. Ouço em propagandas de algumas entidades que temos que enxugar o funcionalismo público, porque o Estado precisa ter mais recursos para investimentos.

Será que pagar médicos, enfermeiros, professores, agentes de segurança pública não é o Estado cumprindo o seu papel? Isso não é o Estado entregando, na ponta, os seus serviços? O que significa segurança pública? Segurança pública significa ter servidores efetivos, concursados, bem pagos, nas ruas, fazendo a segurança da população. O que significa educação de qualidade? Significa professores, professoras, em sala de aula, qualificados, recebendo salário digno e ministrando aulas. O que significa saúde pública de qualidade? Significa ter médicos, médicas, técnicos, dentro dos hospitais, nas UPAs, atendendo à população. Nesse sentido, é preciso saber primeiro o que é serviço público, para, depois, dizer que é preciso enxugar o Estado brasileiro.

Espero que possamos contemplar o povo brasileiro com um final de ano digno.

Muito obrigada.

Documento 7/8

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD 15:04	
Publ.: DCD - 10/21/2020 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Obstrução das votações na Casa, pela Oposição, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Fator determinante da omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre a reforma tributária. Contrariedade à aprovação da proposta de reforma administrativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Visão retrógrada do Governo Jair Bolsonaro com relação ao meio ambiente. Defesa da

realização de reforma tributária com ênfase na taxação de grandes fortunas.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa. e os demais colegas.

Eu venho a esta tribuna para esclarecer as razões que fazem a Oposição obstruir esta sessão. Nós queremos que Medida Provisória nº 1.000 seja pautada e votada na Câmara. Para isso, ela precisa ser lida. É preciso declarar que a medida provisória está na Câmara para que ela tranque a pauta da Câmara, o que não foi feito ainda.

Por que nós não queremos que isso permaneça desse jeito? Porque essa medida provisória reduziu de 600 reais para 300 reais o valor do auxílio emergencial, e este é um momento pelo qual o povo brasileiro passa com grande dificuldade. Os trabalhadores informais, os autônomos, as pessoas que não têm carteira assinada, os desempregados, é tanta gente, Sr. Presidente, precisando do auxílio de 600 reais que nós da Oposição nos recusamos a ficar de braços cruzados olhando a desgraça do povo brasileiro. Por isso, nós estamos na luta na Câmara, obstruindo a sessão, para dizer que nós não aceitaremos que essa medida não seja votada, porque é através da votação dela que nós poderemos repor o valor do auxílio emergencial, retornar aos 600 reais.

Existe uma emenda de minha autoria com essa finalidade. É a Emenda nº 4. Se ela for aprovada, nessa votação o auxílio voltará a ser de 600 reais, não será mais de 300 reais.

Então, nós, da Oposição, estamos fazendo uma coisa concreta para exigir que o auxílio emergencial volte para 600 reais. Estamos usando a força do nosso número, dos mais de 100 Deputados que nós temos na Câmara, para exigir o retorno do valor do auxílio para 600 reais.

Bolsonaro nunca quis 600 reais. Ele queria 200 reais. Pela pressão do Congresso, com um destaque especial para a luta da Oposição nesse sentido - há que se reconhecer isso -, nós conseguimos, primeiro, elevar o valor para 500 reais, e depois, ao final da votação, chegamos aos 600 reais. Bolsonaro nunca se conformou com isso. Pagou por alguns meses, agora reduziu o valor para 300 reais e fala em cortar o auxílio ao final do ano.

O Governo brasileiro quer entregar os brasileiros à sua própria sorte, quer lavar as mãos, quer dizer: *"Isso é problema de cada brasileiro. Cada brasileiro que se vire e dê o seu jeito para sobreviver"*. Nós da oposição ao Governo Bolsonaro não aceitamos isso. Não diremos isso. Estamos dizendo: *"Exigimos que o valor do auxílio retorne para 600*

reais".

Mais cedo, no começo da sessão, um colega do Maranhão perguntou: *"Mas de onde a Oposição quer tirar dinheiro para pagar o auxílio emergencial?"* Da reforma tributária que o Bolsonaro prometeu fazer, mas não quer fazer. Por que o Governo Bolsonaro não fala mais em reforma tributária? Porque, na reforma tributária, vai ficar claro que o Governo está do lado dos banqueiros. Ele não quer aumentar a tributação, os impostos dos banqueiros. Bolsonaro quer cobrar imposto apenas da classe média e das classes populares, dos trabalhadores que mais trabalham e menos ganham. É por isso que a reforma tributária não anda na Casa.

Por que agora só se fala da reforma administrativa, que chegou depois para debate na Casa? Para fazer uma cortina de fumaça e não se falar mais da reforma tributária, porque o Governo Bolsonaro não quer fazer reforma tributária. A reforma tributária não era um consenso, não era aquela que todo mundo queria, que tinha que ser feita, que viria logo depois da reforma da Previdência?!

Pois é. Mas o Governo Bolsonaro não quer fazer a reforma tributária, quer fazer a reforma administrativa, que só mexe com os servidores públicos, a quem o Governo quer novamente demonizar, como se todos os problemas do Brasil fossem culpa dos servidores públicos.

Nós queremos fazer primeiro a reforma tributária, para garantir que a tributação chegue ao andar de cima, para que o Brasil deixe de ser o paraíso dos super-ricos, para que os tributos não sejam cobrados apenas da classe média e das classes populares.

Talvez alguém aqui pergunte: *"Mas é preciso fazer uma reforma administrativa também, Deputado Molon?"* Claro que é. Nós somos a favor de fazer uma reforma administrativa, mas uma que profissionalize o serviço público, que melhore o serviço público, que o torne mais protegido das indicações políticas. E a reforma administrativa mandada por Bolsonaro faz o contrário: desprofissionaliza o serviço público, abre as portas para as indicações políticas, até mesmo para cargos técnicos.

Se a reforma administrativa de Bolsonaro passar, pode ser que tenhamos indicação política até para fiscal do IBAMA. Aliás, talvez seja isto que Bolsonaro e o anti-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, querem: indicações políticas, para que haja fiscais do IBAMA que no multem ninguém, já que, afinal de contas, o Governo odeia os órgãos de proteção ambiental. O Governo acha que desenvolver o País é destruir o meio ambiente, uma visão atrasada.

Então, a reforma administrativa que precisa - precisa! - ser feita no

Brasil é uma para aperfeiçoar o serviço público, para servir melhor a população, e não para desmontar o serviço público, como faz essa proposta de reforma administrativa de Bolsonaro.

Portanto, queremos uma reforma tributária que tribute o andar de cima e queremos uma reforma administrativa que melhore o serviço público, e não uma que o desmonte, abrindo a porteira para indicações políticas ou, como diria o anti-Ministro do Meio Ambiente, para que passe a boiada dele, destruindo o meio ambiente e desmontando a proteção ambiental no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 8/8

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD	15:40
Publ.: DCD - 10/21/2020 - DELEGADO PABLO-PSL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Vinculação entre a geração de novos empregos e a preservação ambiental no Estado do Amazonas. Edição, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de decreto sobre a prorrogação de benefícios concedidos à indústria de refrigerantes na Zona Franca de Manaus. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

O SR. DELEGADO PABLO (Bloco/PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Luis Miranda, eu ocupo esta tribuna novamente para falar sobre aquilo pelo que a bancada do Estado do Amazonas vem batalhando desde o início desta legislatura: a Zona Franca de Manaus e, principalmente, a geração de empregos no Estado do Amazonas, que é pauta nacional e internacional quando se fala sobre preservação ambiental.

É muito importante que se entenda que para preservar o meio ambiente é preciso garantir emprego no Estado do Amazonas, é preciso garantir que as famílias tenham o que comer, é preciso garantir que as famílias tenham renda.

O Presidente da República Jair Messias Bolsonaro acabou de editar o decreto que prorroga, de modo definitivo, os benefícios de 8% da indústria de refrigerantes, que emprega milhares de pessoas no Estado do Amazonas. A maior parte da indústria de refrigerantes está no

Estado do Amazonas, onde produz para todo o País. Essa indústria faz do Amazonas uma região produtora e geradora de empregos.

Há poucas semanas estive com o Vice-Presidente Mourão. Junto com representantes da Associação Brasileira de Refrigerantes, expliquei a ele a importância dessa pauta para o desenvolvimento e a preservação da Amazônia. Sensibilizamos o Presidente, e agora felizmente o decreto foi prorrogado.

Também, Presidente Luis Miranda, uso este tempo para falar um pouco sobre um assunto que vem sendo muito discutidos nas redes sociais: a reforma administrativa, que já foi apresentada nesta Casa. Há na Casa uma PEC, emendas e projetos de lei paralelos sobre a reforma administrativa.

Eu falo isso aqui porque, mesmo sendo um grande apoiador do Governo Federal, acredito que a PEC deve preservar o que há de bom para os servidores públicos.

Há o pensamento equivocado de que servidor público é marajá. Existe uma pequena parcela de servidores públicos que recebem salários maiores, mas a maioria esmagadora dos servidores públicos são professores, são servidores da área da segurança pública, são pessoas que ganham salários pequenos e que têm que ter seus direitos preservados.

O meu posicionamento é, sim, a favor de uma reforma que diminua o peso do Estado, que faça com que as administrações federal, estaduais e municipais sejam mais competitivas, mas que ao mesmo tempo mantenham os direitos duramente conquistados pelos servidores públicos ao longo dos anos, Presidente Luis Miranda.

Então, é muito importante que a PEC venha para desonerar, para tirar um pouco do peso da administração federal, mas, ao mesmo tempo, consiga garantir que professores, servidores da saúde, que estão sendo tão cobrados agora neste tempo de pandemia e que ganham tão pouco pelo trabalho que entregam, tenham seus direitos preservados.

Vamos manter o trabalho na reforma administrativa, mas sempre com olhos e pensamento no sentido de preservar as pessoas, que são o maior patrimônio do serviço público.

Muito obrigado, Presidente Luis Miranda, pelo tempo concedido. Parabéns pela condução dos trabalhos no dia de hoje.